

AYAHUASCA E RELIGIOSIDADE: EXPANSÃO E TENSIONAMENTOS NOS PRIMEIROS ANOS DA UNIÃO DO VEGETAL EM PERIÓDICOS E DOCUMENTOS ESTATAIS

AYAHUASCA Y RELIGIÓN: EXPANSIÓN Y TENSIONES EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA UNIÃO DO VEGETAL EM PERIÓDICOS Y DOCUMENTOS ESTATALES

Maicon de Farias Valsechi¹

Resumo: O Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (UDV), fundado em 1961 por José Gabriel da Costa, conhecido pelos seus discípulos como Mestre Gabriel, é uma das religiões do que vem sendo convencionado chamar dos troncos tradicionais do uso religioso do chá ayahuasca. O seu processo de expansão das florestas aos grandes centros é acompanhado de tensionamentos respectivos aos elementos que constituem o campo religioso, sociedade e regulação estatal. Os periódicos e outros documentos oficiais demonstram desafios, estereótipos e perseguições sofridos por esta religiosidade em seus primeiros anos de formação. O presente artigo busca demonstrar algumas facetas desse processo e as estratégias dessas instituições, em especial da UDV, em sua institucionalização.²

Palavras-chave: ayahuasca; tensionamentos; União do Vegetal.

Resumen: El Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (UDV), fundado en 1961 por José Gabriel da Costa, conocido por sus discípulos como Mestre Gabriel, es una de las religiones de lo que se ha llamado los troncos tradicionales del uso religioso del té de ayahuasca. Su proceso de expansión de los bosques a grandes centros va acompañado de tensiones relacionadas con los elementos que constituyen el campo religioso, la sociedad y la regulación estatal. Diarios y otros documentos oficiales evidencian los desafíos, estereotipos y persecución que sufrió esta religión en sus primeros años de formación. Este artículo busca demostrar algunas facetas de este proceso y las estrategias de estas instituciones, especialmente la UDV, en su institucionalización.

Palabras clave: ayahuasca; tensiones; União do Vegetal.

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), <http://lattes.cnpq.br/4792226861592467>, <https://orcid.org/0009-0003-2732-2085>, maiconvalsequi@gmail.com.

² O presente artigo é fruto do trabalho desenvolvido na dissertação de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

RELIGIOSIDADES AYAHUASQUEIRAS: PRIMEIROS ANOS NOS CENTROS URBANOS E PRIMEIRAS REPORTAGENS

Nos primeiros anos em que as práticas religiosas do uso da ayahuasca passam do anonimato e da discrição das florestas para a visibilidade e a curiosidade das instituições públicas, verifica-se um conjunto de tensionamentos a partir das mídias impressas. O uso dos periódicos como fonte histórica possibilita compreender as diferentes construções narrativas que os órgãos de regulação social, somados aos meios de disseminação de informações, passaram a propagar nos anos iniciais de expansão dessas religiosidades, em especial da União do Vegetal (UDV).

Uma das primeiras reportagens que recebeu destaque nacional foi publicada pela revista *O Cruzeiro*, em 14 de julho de 1971, intitulada *AIOASCA: O LSD da Amazônia*, escrita por Joarez Ferreira, com fotos de Rubens Américo (FERREIRA, 1971). Em sua tese de doutorado *Modos de ser revista: jornalismo e cotidiano em o Cruzeiro, Realidade e Piauí*, a pesquisadora Nicoli Glória De Tassis Guedes afirma que a revista *O Cruzeiro* “é caracterizada pelo exercício comunicativo que se inscreve nos marcos da difusão coletiva” (GUEDES, 2014, p. 65). Sendo uma das principais formas de compartilhamento de informações e de notícias, as revistas impressas ocuparam uma importante participação na formação da opinião pública, contribuindo na construção de significados e de imaginários sobre o conteúdo que informava. Acerca da revista *O Cruzeiro*, a pesquisadora destaca seu grande alcance e crescimento desde os primeiros anos de criação, em que “mobilizou em poucas semanas leitores do país inteiro, alcançando até mesmo moradores de cidades pequenas e de pouca expressão no cenário econômico e cultural brasileiro” (GUEDES, 2014, p. 66).

Pensar o processo de recepção social e coletiva da expansão da UDV aos centros urbanos por meio das mídias impressas associa dois campos em tensionamentos. De um lado temos a religião e a sua intencionalidade nos elementos que pretende apresentar. Não se pode, portanto, compreender a totalidade da experiência religiosa pelo meio jornalístico, pois os subsídios utilizados para a reportagem fazem parte de um recorte apresentado e autorizado pela religião para aquele contexto. Há profundidades da experiência religiosa que não são acessadas pela intenção jornalística. Por outro lado, temos ainda a intenção, investigação, interpretação e processo de escrita do jornalista, que também parte de um outro campo de subjetividade e de escolhas. Assim, os recortes jornalísticos que serão utilizados neste artigo partem desse espaço fronteiro, sendo considerados fontes valiosíssimas que expressam como as religiosidades hoasqueiras, em especial a UDV, foram vistas e compreendidas pelos meios de divulgação em massa em seu processo de chegada aos centros urbanos.

Falamos inicialmente da reportagem que merece destaque por tratar de uma religiosidade que apresenta como singularidade a reunião de pessoas para o uso do chá ayahuasca. Sua publicação acontece no ápice do governo Médici, período conhecido também como os “anos de chumbo” da

ditadura, ou seja, a simples associação de pessoas já chamava a atenção das autoridades, ainda mais se para o uso de uma substância considerada psicoativa, com escassez de pesquisas e pouca regulação legal no período. A própria reportagem trata dessa perseguição das autoridades sobre o uso religioso do chá, quando afirma que “mesmo sofrendo perseguições da polícia, que procura indícios de cocaína, a União nunca deixou de realizar suas sessões, freqüentadas por pessoas de diferentes camadas sociais” (FERREIRA, 1971, p. 42). Essa repressão pelos órgãos policiais começa a se intensificar já nos primeiros anos da instituição, conforme se verifica:

Aproximadamente dois anos após seu registro, em 1970, houve uma forte perseguição pelas autoridades, quando o chefe de polícia do então Território Federal de Rondônia quis fechar a associação. Este acontecimento ensejou – após a moção de processo contra o Governo do Território de Rondônia – a transformação, no dia 19 de junho de 1971, da Associação Beneficente em Centro Espírita Beneficente União do Vegetal, atual denominação desta instituição religiosa. (BERNARDINO-COSTA, 2011, p. 23).

É possível verificar que por mais que a instituição mantivesse uma postura de discrição, ao autorizar a reportagem demonstra também o interesse de tornar público os seus atos, estratégia utilizada posteriormente no processo de regulamentação do uso do chá. A fotografia principal da reportagem mostra José Gabriel da Costa, Mestre Gabriel, embaixo de um arco bebendo o chá. À sua direita estão alguns discípulos da época, todos com o uniforme da instituição, que com poucas alterações, segue o mesmo modelo até os dias atuais. Na fotografia das páginas seguintes é possível ver outros participantes da instituição, que também uniformizados apresentam estado de concentração, cabeças baixas, olhos fechados. O espaço é simples, paredes de madeira, alguns utensílios e vestimentas pendurados. No arco constam aparentemente as palavras “A Divina” e “Universal”. Sobre a mesa, além de algumas cabeças abaixadas, é possível ver alguns copos, o jarro onde está a bebida sacralizada e um gravador. O gravador e a intencionalidade de seu uso demonstram uma preocupação da instituição em preservar registros históricos e doutrinários das primeiras sessões, o que de fato hoje consiste em um acervo de pesquisa da religião sob os cuidados do Departamento de Memória e Comunicação (DMC) da instituição.

Outro ponto que chama a atenção é a participação do jornalista no ritual. Conforme consta na parte superior do canto direito da publicação, “o repórter Joarez Freitas (2ª emb.) também bebeu aioasca” (FERREIRA, 1971, p. 43). Essa relação direta entre a reportagem e o ritual torna-se perceptível na própria estrutura estilística da escrita, em que partes do ritual, das falas e dos cânticos (chamadas) são introduzidos ao longo do texto. Uma reportagem que alcança um campo de sensibilidade, buscando fugir dos estereótipos e preconceitos comumente praticados contra essas religiosidades, apresentando um jornalismo narrativo, em que a experiência do repórter é atravessada e atravessa a experiência ritualística com o chá.

O LSD da Amazônia como título traz uma proposta interpretativa ou sugestiva da experiência religiosa a partir do repórter. Não há no texto indícios diretos do porquê da associação do chá ayahuasca com a substância LSD. Pode-se interpretar pelo fato de ambas as substâncias fazerem parte do que se convencionou chamar de psicodélicos, ou também pelo período histórico vivenciado. Na parte inicial, no canto superior esquerdo da entrevista, o jornalista evoca o símbolo da UDV criado por Mestre Gabriel: “Luz, Paz e Amor”. Neste período histórico vivemos também o auge da contracultura com o movimento *hippie* após Woodstock, que tinha como símbolos o lema Paz e Amor, e o LSD como uma das substâncias mais utilizadas. Não existem fontes que demonstrem que a instituição ou seu guia se apropriaram e ampliaram o lema *hippie*, mas a reportagem, pela associação de palavras e de elementos visuais, poderia sugerir tal interpretação.

A reportagem segue apresentando um breve panorama socioeconômico dos praticantes, afirmando que as sessões eram frequentadas por diversas camadas sociais, indicando que “a maioria, gente humilde e sofredora, vai em busca das visões provocadas pela bebida. Pessoas de elevada posição social tomam o chá para viagens ou simples entorpecimento, de acordo com a dosagem e a concentração espiritual” (FERREIRA, 1971, p. 42). Ao tempo em que a reportagem lança pontos de fuga aos estereótipos projetados sobre religiões como a UDV, também reafirma uma perspectiva pejorativa ao interpretar o uso do chá de acordo com a classe social. Associa ao humilde a intenção de buscar visões e àqueles de elevada posição social o simples entorpecimento, relacionando o uso do chá para além da intencionalidade religiosa, em um sentido mais próximo do recreativo.

A criação e processo de expansão da UDV tem como espaço germinal a experiência de pessoas com profundo contato com a floresta, na colheita da seringa, no processo migratório gerado pela busca por melhores condições de vida. O contato de toda essa experiência, na relação do migrante com os povos que habitam a floresta, gerou um conjunto de experiências religiosas de cosmovisões complexas, amalgamando crenças e práticas. Um povo constituído por caboclos, indígenas, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros e uma singularidade de outros sujeitos. Ao chegar aos espaços urbanos, passa a contar com a participação de uma outra singularidade de pessoas, de diversas classes sociais, gêneros e religiosidades. Essas buscas são diversas e as formas de chegada à instituição, bem como as motivações de filiação, de frequência e de contribuição no processo de expansão estão além das relações de classe e intencionalidades supostas no texto da reportagem, pois:

A ayahuasca para esse povo simples e caboclo, não é ingerida na busca de sensações psicodélicas ou como tentativa de esquecer, por alguns momentos, a vida e seus problemas, frustrações e desafios. Ou para se divertir. Ingerem ayahuasca com a serena convicção de que praticam ato de fé, tendo nela meio de comunhão com a Divindade (BERNARDINO-COSTA, 2011, p. 259).

Na subseção “As origens”, a reportagem passa a narrar a história de vida de Mestre Gabriel, apresentando elementos e fatos que estariam conectados à história da instituição, inicialmente citando a experiência deste como soldado da borracha no contexto da floresta. A narrativa destaca o isolamento na mata e as suas consequências, e a saída de José Gabriel do seringal para buscar por atendimento médico. Sequencialmente a reportagem apresenta um relevante elemento na constituição da UDV, afirmando que a partir desse primeiro contato com a floresta, José Gabriel passa a procurar pelo chá. “Por essa época Gabriel procurava a aioasca, sobre cujos méritos já ouvira falar no seringal. Depois de muitas aventuras na política e no comércio, com altos e baixos, resolveu voltar à ‘Bolívia’, ‘de onde somente sairia com o domínio dos mistérios da aioasca” (FERREIRA, 1971, p. 42). O texto apresenta uma síntese do contato de José Gabriel com o chá ayahuasca até a constituição da sociedade religiosa.

Ao entrar a subseção “Os mistérios”, a narrativa faz uma síntese da cosmovisão da religião, apresentando alguns elementos do ritual e dos seres que habitam o conjunto de crenças que fundamentam o uso do chá. A escrita percorre uma trajetória explicativa do passo a passo, seguido de recorte dos cânticos (chamadas) realizados no decorrer do ritual. Neste ponto, algo interessante é perceber a perspectiva do uso do chá em sua longa duração (KOSELLECK, 2014, p. 37), ao descrever na reportagem que “cientificamente, foi descrita por Villavicencio, em 1858, sob o nome de “Aiahuasca”, designação dada pelos índios do Equador e do Peru” (FERREIRA, 1971, p. 42). Em seu livro intitulado *A Geographia de la República de Ecuador*, “Villavicencio relata que tribos do Alto Napo usavam ayahuasca como os Záparos, Anguteros, Mazanes, dentre outras e outras, para produzir visões, bruxarias, adivinhações e profecias” (NEVES, 2017, p. 47).

No final dessa sessão o repórter cita o nome utilizado para a designação do efeito do chá dentro do contexto religioso, chamada de burracheira. O texto afirma que: “mesmo com toda essa apologia à borracheira, o consumo de álcool é terminantemente proibido na União” (FERREIRA, 1971, p. 42). O fato de o repórter ter considerado que o uso do termo poderia ser uma apologia ao consumo de bebida alcoólica pode estar associado ao sentido da palavra em espanhol, em que *borracho* significa bêbado³. Segundo pesquisa realizada pela socióloga Gabriela Santos Ricciardi, a palavra burracheira significaria “‘força estranha’, mas o que é essa ‘força estranha’ e como ela age em cada um é um mistério. Falar da burracheira é falar de algo subjetivo, impalpável. É falar de algo imaterial e que só pode ser sentido” (RICCIARDI, 2008, p. 74).

Na última subseção, chamada “Uma sessão”, o repórter sintetiza a sua observação ao participar do ritual, analisando desde a estrutura física, as hierarquias, os procedimentos iniciais do

³ BORRACHO. In: DICIONÁRIO Escolar Espanhol on-line Michaelis. [S. l.], c2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/escolar-espanhol/busca/portugues-espanhol/bebado/>. Acesso em: 1 jan. 2024.

ritual até as suas percepções sobre os outros participantes. A reportagem, dentro de seu tempo, apresenta um conteúdo favorável em grande medida para a instituição. Ora com elementos que contribuem na desconstrução de estereótipos comumente imputados a religiosidades que fazem uso de psicoativos ora utilizando termos pejorativos do ponto de vista da crença. Isso demonstra a complexidade do tema desde os seus primeiros momentos no debate público, o que gera não apenas a atenção de interessados, mas também de instituições públicas com perseguições de naturezas jurídica e estatal.

INVESTIGAÇÕES E REGULAÇÃO ESTATAL

Além das reportagens, existem outras fontes físicas que apresentam os processos vivenciados pela instituição quando da sua expansão aos centros urbanos, bem como a visão que órgãos vinculados ao Estado tiveram a respeito da instituição e de eventuais implicações desse crescimento. No Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) é possível encontrar alguns documentos que demonstram que a instituição era acompanhada pelos órgãos de inteligência estatal. Essas investigações e buscas por informações eram realizadas em torno das três religiões hoasqueiras tradicionais. Como este estudo versa mais especificamente sobre a UDV, a pesquisa de fontes no banco de dados foi realizada a partir das palavras “União do Vegetal” e “Mestre Gabriel”. Foram encontrados quatro arquivos, datados entre 1983 e 1986, todos considerados sigilosos ou confidenciais. Estes pertencem ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e são identificados pelos números 00029/140/B7J/110686, 01456/140/B8P/270886 e 00482/140/B1C/090986, e à Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Saúde (MS), com o número 003/83. Esses documentos nos permitem examinar como os departamentos de informação, de segurança e de saúde pública acompanharam os primeiros momentos da expansão da UDV aos centros urbanos e a algumas capitais brasileiras em meados dos anos 80 e 90.

O primeiro documento que ganha destaque é o da DSI, intitulado *Informe nº 003/83/DSI/M2* (SNI, 1983), que solicita a juntada de reportagens do jornal Folha de São Paulo, de 11 de janeiro de 1983, com o intuito de investigação e de fiscalização. No relatório, apresenta-se que o SNI passou a questionar alguns departamentos estatais a respeito dos fatos noticiados, quando “ouvida a DINSAM - Divisão Nacional de Saúde Mental, esta informou que vem acompanhando o consumo da referida planta, alucinógena” (SNI, 1983). Percebe-se que a investigação sobre as práticas religiosas hoasqueiras já atravessavam nos primeiros anos de 1980 os corredores dos serviços de inteligência. Ressalta-se a utilização do termo “alucinógena” para se referir às plantas que constituem o chá, considerando que, em razão dos movimentos de contracultura permearem o debate público da época, este frequentemente carregava estereótipos e suspeitas aos órgãos de repressão.

O relatório demonstra sua relevância principalmente pelo recorte jornalístico anexado, pois a perspectiva apresentada pelos repórteres reflete algumas percepções sociais acerca da chegada de tais experiências aos grandes centros urbanos. Nos anexos, encontram-se duas reportagens, a primeira com o título *O perigo dos tóxicos: liberação já tem defensores*. O conteúdo desta não apresenta relações diretas com o uso do chá ayahuasca, contudo, observa-se a intencionalidade do serviço de inteligência ao colocá-la de forma introdutória, precedendo a reportagem que trata sobre a UDV. A notícia em si apresenta um debate, principalmente do campo da Antropologia, que demonstra que a ritualidade no uso de substâncias consideradas proscritas viabilizaria o processo de legalização do consumo de drogas, com ênfase na maconha e na cocaína. A formulação do documento nessa estrutura possibilita a interpretação da associação da legalidade do uso do chá ayahuasca na sociedade como um processo que facilitaria a legalização do consumo de outras substâncias. Essa intencionalidade a partir de lideranças dos serviços de inteligência da ditadura militar poderia inviabilizar ou dificultar o processo de legalização e de autorização para o consumo do chá. Conforme se verifica em outros documentos encontrados, a associação do uso do chá ayahuasca ao consumo de drogas passou a ser uma das estratégias praticadas pelos serviços de inteligência no período da ditadura.

A segunda reportagem anexada, de título *União do Vegetal quer purificar a humanidade livrando-a da razão*, apresenta uma escrita expositiva da instituição. Demonstra elementos que vão desde as estruturas físicas, simbólicas, ritualísticas, históricas e algumas concepções dos entrevistados. Assim como a primeira reportagem citada neste artigo – *O LSD da Amazônia* –, também demonstra dois campos de interesse em disputa: um dos entrevistados, que estabeleceram os limites que poderiam ser acessados acerca da experiência religiosa, e outro do repórter e das questões que permeariam os seus intuitos na reportagem.

A partir das narrativas jornalísticas citadas é possível perceber a disposição da instituição em demonstrar, já nos seus primeiros anos, principalmente a segurança do uso do chá, tanto em seu sentido social quando no aspecto da saúde. É ressaltado na reportagem que o acesso ao consumo do chá seria atravessado por algumas fases, que iriam desde o pedido do interessado e o tempo de espera, que poderia levar alguns meses. No mesmo sentido, por constarem na época poucas pesquisas no campo medicinal, a forma encontrada era apresentar os praticantes da religião e como a sua ligação com o uso do chá não afetava negativamente as suas vidas. As intencionalidades da instituição nas primeiras reportagens demonstram o interesse em introduzir a experiência religiosa ao grande público, mas mantendo o seu corpo doutrinal e as dimensões cosmológicas no campo da discricção.

Essa publicização gradual da religião foi fundamental ao processo de regulamentação do uso do chá, pois as demandas que levaram ao surgimento de pesquisas que legitimaram e legalizaram essa

prática de crença surgem por ação de órgãos de fiscalização estatais, que ao tomarem conhecimento da UDV, provocaram as instituições a demonstrarem a inofensividade da bebida. Em suma, as mídias buscavam a instituição, divulgam as reportagens, os órgãos estatais tomavam ciência e cobravam regulação, as instituições participaram e fomentaram as pesquisas que fundamentaram o processo de legalização, e passamos a ter uma nova forma de religiosidade acessando o espaço e o debate públicos. Diante disso, não se pretende a produção de uma análise anacrônica no sentido de compreender a intenção da instituição com essa publicização, até porque não existem fontes que demonstrem uma intencionalidade direta, mas observando essa situação do presente é possível perceber como uma iniciativa no processo de abertura ao espaço midiático provocava consequentemente a ampliação e o interesse no debate público.

Essa busca por um reconhecimento da segurança no uso chá e das ações que eram iniciadas nos espaços físicos tomam destaque quando a reportagem afirma que para além dos interessados em conhecer a religião e de beber o chá “apenas autoridades policiais sejam elas quais forem, experimentam o chá a qualquer momento, sem obrigatoriedade do ritual, ‘pois queremos provar que aqui não existe nada de errado’, dizem os mestres” (SNI, 1983). Ainda que o reconhecimento da segurança no uso do chá apresentasse relação mais aproximada com profissionais do campo da saúde, a importância em destacar a autoridade policial se relacionava também ao período da ditadura militar. O uso do chá era associado pelos serviços de inteligência estatal como mais uma forma de consumo de drogas, e assim, colocar as portas abertas à autoridade policial a qualquer momento surge como uma possível estratégia para assegurar a continuidade das sessões. Outro destaque é ser uma das primeiras reportagens que apresenta o questionamento dos praticantes da instituição em torno do uso do termo alucinógeno.

Embora não seja considerado pelos adeptos como um chá alucinógeno, "já que os discípulos durante o efeito da Oasca têm clareza das coisas", conforme disseram, o chá é ministrado em doses progressivas, sempre orientado pelos mestres, que conhecem o "grau de memória" de cada um dos integrantes da seita (SNI, 1983).

Esse excerto, retirado do *Informe nº 003/83/DSI/M2*, apresenta dois elementos interessantes para análise: o de alucinógeno e o de seita. Com relação à palavra alucinógeno, que no período carregava uma carga de estigmas em razão dos receios do campo conservador contrário ao movimento de contracultura, podemos analisá-la por diversos ângulos. Para fins deste artigo os sentidos etimológico e antropológico são os mais relevantes para compreender a importância do debate em torno do uso dessa palavra. Em um sentido pragmático, o dicionário Michaelis define que o termo alucinógeno tem sua etimologia originada de alucinar, que por sua vez advém da palavra em latim

hallucinare, que significa privar(-se) do entendimento, causar delírio ou desvario, deslumbramento⁴. “Contemporaneamente, nos séculos XX e XXI, muitos estudiosos têm, contudo, optado pelo termo enteógeno como forma de se contrapor ao sentido pejorativo que o termo alucinógeno encerra” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 12). Assim, analisando a partir das contribuições de José Arturo Costa Escobar (2012, p. 42-47), a categorização inicial da reportagem em que constou o chá como um alucinógeno estaria considerando estritamente o aspecto químico, e não a experiência mental. Por outro lado, principalmente nos campos da Antropologia e da Sociologia, o termo em maior circulação para categorização do chá é de enteógeno, por se tratar de um termo que remete a uma experiência de conexão com o divino.

O termo deriva do grego antigo, *entheos*, e é utilizado para “descrever o estado em que alguém se encontra quando inspirado por um deus que entrou em seu corpo. Era aplicado aos transe proféticos, à paixão erótica e à criação artística, assim como aos ritos religiosos onde estados místicos eram experienciados através da ingestão de substâncias que partilhavam da essência divina (ALBUQUERQUE, 2014, p. 11).

Não se pretende na distinção de terminologias hierarquizar práticas ou construir juízo moral sobre a utilização de substâncias categorizadas no campo dos alucinógenos, o que se almeja é demonstrar que a reportagem foi uma das primeiras mídias de ampla circulação a apresentar o debate sobre a utilização de um termo que melhor abarca a experiência religiosa. Por se tratar do consumo da bebida dentro de um contexto religioso, aspectos culturais, sociais e de crença são fundamentais na formulação de uma categoria, de modo a prevenir estereótipos e preconceitos. O debate em torno da legalização do seu uso atravessa diversas dimensões, como aspectos químicos, medicinais, sociais, psicológicos, políticos e outros. Assim, a atenção na utilização dos conceitos e o alargamento da complexidade do tema para além de meras categorias químicas facilitam o reconhecimento da legitimidade da instituição na sua prática de fé.

Retornando ao recorte da reportagem, outra palavra que se destaca é a “seita”. Conforme apresentado em termos anteriores, a UDV, resguardando a segurança jurídica dos seus praticantes, registrou em cartório, no ano de 1967, a Associação Beneficente União do Vegetal. Foram diversas as perseguições policiais, principalmente “quando na sequência do registro da Associação Beneficente União do Vegetal, o senhor Rodolfo Menezes Ruiz - Chefe de Polícia do Território Federal de Rondônia, determinou verbalmente o fechamento da UDV” (Walsh Netto, 2017, p. 261). Assim, em 1971, com o objetivo de ter ainda mais segurança e estabilidade institucional na relação com os poderes públicos, é alterado o registro para a denominação Centro Espírita Beneficente União do Vegetal, caracterizando definitivamente em seu *ethos* a referência como instituição religiosa

⁴ ALUCINAR. In: DICIONÁRIO Brasileiro de Língua Portuguesa *on-line* Michaelis. [S. l.], c2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/PdX7/alucinar/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

(Bernardino-Costa; Silva, 2011, p. 22). No tempo da reportagem, em 1983, essa informação já era de conhecimento público, cabendo analisar o porquê do uso da categorização “seita”. Não se anseia um aprofundamento do conceito de seita, mas sim de percepção da possível intencionalidade do seu uso na reportagem.

Se analisado a partir da perspectiva de Bourdieu (2005, p. 58), ao discutir a gênese e a estrutura do que chamou de campo religioso, tem-se a existência de um capital religioso monopolizado em grande medida pelas instituições hegemônicas, que se estabelecem principalmente por uma rígida hierarquização e burocratização das suas bases para a manutenção desse capital. As seitas surgiriam nesse campo como uma ruptura extraordinária na disputa pelo capital religioso que se desvincularia da relação ordinária. Em certa medida, a utilização do conceito de seita na reportagem expõe a instituição a esse lugar de oposição a uma ordem estabelecida. Por mais que a própria instituição não evidenciou essa relação de disputa, tampouco há a totalidade de outros elementos que constituem a categoria de seita, a reportagem demonstra uma das formas como essa religiosidade é percebida em seu processo de expansão. Notam-se, com uma lente mais ampliada, alguns tensionamentos vivenciados em um processo dessecular de recomposição de crenças. Conforme se verifica nos documentos do SNI, a Igreja Católica e as autoridades de segurança demonstravam inquietações com a expansão da UDV. Os documentos a seguir apresentam informações compartilhadas por autoridades eclesásticas aos serviços de informações estatais.

O relatório encaminhado ao SNI, intitulado *Seitas religiosas que usam substâncias alucinógenas nos seus rituais*, datado de 13 de junho de 1986, demonstra o quanto o senso coletivo dos órgãos de regulação social passaram a caracterizar a UDV como seita religiosa, mais do que pelo próprio conceito, mas sob a alcunha de oposto. De forma introdutória, que posteriormente foi conhecido como Santo Daime, fundado por Irineu Serra, e a sua principal dissidência, chamada de Colônia Cinco Mil, fundada por Sebastião Mota. A associação do chá ao LSD também está presente na parte inicial, quando, ao citar possíveis composições químicas contidas no chá, afirma que estas “agem como estimulantes do sistema nervoso central, capazes de produzir efeitos comparáveis ao LSD” (SNI, 1986a). O relatório também parte para uma análise etimológica da palavra ayahuasca, que traduzida do quíchua significaria vinho da alma. Após um breve resumo sobre o processo de criação e expansão do Santo Daime, introduz sobre a UDV. Apresenta dados pragmáticos, como o local de sua criação (Rondônia) e do nome de seu criador (José Gabriel da Costa). Um ponto que toma destaque é quando afirma que a UDV é a “mais conhecida fora da amazônia, tendo uma sede administrativa em BRASÍLIA e núcleos no RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, BAHIA e MARANHÃO, além do ACRE e RONDÔNIA, com um total de onze templos e uma média estimada de cinco mil fiéis” (SNI, 1986a).

Ou seja, é perceptível a necessidade do relator em destacar qual das instituições estaria com o processo de expansão aos centros urbanos mais bem estruturado, preocupação que se justifica no decorrer do relatório, quando afirma que: “o grande temor dos membros do CONFEN⁵ é devido ao fascínio que os efeitos da UASCA podem exercer sobre habitantes das grandes cidades do Sudeste do País” (SNI, 1986a). Nesse ponto o relatório evidenciou o receio das autoridades públicas com o processo de expansão do chá ayahuasca aos centros urbanos. Iniciativa inclusive que é atravessada pelo CONFEN, conselho criado por meio do Decreto nº 85.110, de 2 de setembro de 1980, que tinha por finalidade a criação de um “Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes”, ou seja, o uso religioso da ayahuasca em seus primeiros anos é compreendido pelos órgãos estatais como experiência associada ao uso de drogas.

Para fundamentar esse argumento, a autoridade relatora passa a associar o fenômeno da expansão religiosa hoasqueira aos centros de grande circulação como parte de um outro fenômeno completamente singular relacionado ao crescente número de usuários de drogas nos centros urbanos. A forma de analisar a experiência religiosa a partir desse prisma, espelha o processo histórico da ditadura e a busca pela repressão dos elementos sociais considerados subversivos. O pesquisador Antônio Mauricio Freitas Brito (2023, p. 39-65) descreve a relação da repressão sobre o consumo de entorpecentes e substâncias proscritas como uma política estatal atrelada a ditadura militar em um contexto de Guerra Fria. A iniciativa por parte dos poderes constituídos a época seria de buscar vincular uma relação entre o comunismo e a ideia de degradação moral e familiar por meio do incentivo e uso de drogas. Tal política pública associava assim a ideia de subversão aquele que consumia substâncias consideradas proscritas pelos órgãos estatais, a exemplo do chá ayahuasca.

Além da lógica binária de produção de estereótipos negativos sobre os comunistas, os temores se relacionavam com a abertura das portas da percepção por meio dos alucinógenos, da psicodelia, da contracultura, do rock’n roll, da busca da autonomia juvenil, da revolução sexual, do movimento hippie (BRITO, 2021, p. 44).

Dessa forma, para fundamentar a necessidade de censura sobre as religiosidades hoasqueiras, o relatório passa a associar os elementos da prática religiosa a uma suposta estratégia vinculada a uma nova forma de tráfico de drogas. Afirma que as instituições seriam polos irradiadores de atração ao consumo da substância proscrita, e que o ritual seria meramente uma motivação para que a experiência química fosse vivenciada em seu determinado tempo, sendo “uma forma engenhosa de levar pessoas a utilização de substâncias tóxicas e não a substância as pessoas” (SNI, 1983).

O relatório não indica as fontes ou os dados que consubstanciassem essas afirmações, apresentando argumentos genéricos e subjetivos. Esses termos usados em informes oficiais

⁵ Conselho Federal de Entorpecentes.

demonstram os desafios que as instituições hoasqueiras vivenciaram em seus primeiros anos de expansão para além das florestas. Por meio dessas investigações dos órgãos estatais, é evidente a desconsideração das práticas de crença, dos rituais, das cosmovisões e das trajetórias dos indivíduos participantes. Segundo Antônio Brito, a noção proibicionista da ditadura militar buscava “estigmatizar grupos minoritários – sob a acusação de serem comunistas – a partir de critérios políticos, ideológicos, comportamentais, estéticos, morais e sexuais.” (BRITO, 2021, p. 57). E a chegada dessas instituições as regiões urbanas chamou a atenção dos diversos setores da sociedade que se colocavam como responsáveis pela regulação de tais critérios. Assim, a busca por proibir essa prática religiosa nesse período alcançou, além do campo policial e regulatório, as lideranças religiosas da instituição hegemônica da época, consistente na Igreja Católica, conforme é apontado no relatório:

Declarações e fatos como estes vem preocupando a Igreja Católica na região; segundo o Bispo D. MOACIR GRECHI, da prelazia do ACRE e PURUS, eles criaram uma mistura de rituais indígenas com elementos do espiritismo e catolicismo popular. Ainda, segundo o Bispo, naquelas localidades estariam sendo criados "CURRAIS ELEITORAIS", pois ultimamente, todos os candidatos se sentem na obrigação de se mostrarem simpáticos a esta seita (SNI, 1983).

Esse relatório vai evidenciando um grande tensionamento por parte dos órgãos de controle social, os quais interpretaram essas religiosidades como ameaças, nesse processo que expressa uma faceta da pluralização do campo religioso e que demonstra como a dessecularização observada pelas lentes das religiosidades hoasqueiras espelha os tensionamentos entre o que se apresenta como singular na reconfiguração do campo em face das religiosidades hegemônicas, ensejando iniciativas de repressão e tentativas de coerção social.

Percebe-se que a “objetividade coercitiva da sociedade pode, é claro, ser vista mais prontamente nas suas medidas de controle social, isto é, naquelas medidas especificamente destinadas a ‘pôr na linha’ os indivíduos e grupos recalcitrantes” (BERGER, 1985, p. 29). As questões levantadas nessa fonte transcendem o estigma das formas de crenças que amalgamam uma diversidade de cosmovisões, o que desafia as referências das escritas sagradas como fontes devocionais pelo catolicismo, como também o aspecto político, quando chama a atenção do bispo o fato de os políticos estarem em proximidade com esses grupos. Inquietações que orbitam as relações de poder na perda do “capital religioso” (BOURDIEU, 2007, p. 58). A visão estereotipada e até ofensiva é evidenciada ao se referir às instituições hoasqueiras como “currais eleitorais”, o que além de configurar uma iniciativa de ofensa moral, legitimaria a ação estatal no sentido de coibir supostas posturas eleitoreiras, que são censuradas e perseguidas no contexto da ditadura.

Peter Berger (1985, p. 18-19), em sua obra *O Dossel Sagrado*, ao discutir o processo dialético pelo qual o ser humano produz as estruturas da sociedade, afirmou existirem três passos na formação

desta, consistentes na exteriorização, objetivação e interiorização. A primeira acontece a partir do que chamou de efusão, ou seja, da ideia de saída, de espalhamento, de esparramar. Ao apresentarem outras formas de ser e de estar na construção de crenças, as religiões hoasqueiras produzem essa exteriorização de sua prática. A publicização, mesmo que em pequenas quantidades e de forma discreta, é fundamental ao processo de afirmação no contexto social. Aquilo que é posto ao público, mesmo que sujeito à crítica e à regulação, ainda assim é público, constituindo parte de uma relação de trocas de uma realidade social que já está posta. É o espaço em certa medida seguro, instituído, burocratizado.

A partir deste acessamos o segundo passo apresentado por Berger, consistente na objetivação, que “é a conquista por partes do produtor dessa atividade (física e mental) de uma realidade que se defronta com os seus produtores originais como facticidade exterior e distinta deles” (BERGER, 1985, p. 19). Em outras palavras, é quando algo criado pelo ser humano adquire uma existência independente e tangível fora da mente/corpo do criador. Essa objetivação cria uma "facticidade exterior", ou seja, uma realidade objetiva que existe independentemente da vontade dos produtores originais. Os relatórios e as reportagens encontrados nos acervos são exemplos dessa independência da realidade criada, quando as questões que englobam a religião não estão apenas vinculadas exclusivamente à prática ou ao âmbito desta, mas também passam a fazer parte das rotinas de outras instituições sociais.

Com o aumento do número de seguidores e a sua expansão aos centros urbanos, essa nova realidade objetificada acessa o conjunto de outras realidades já postas e constituintes das estruturas da sociedade. Em razão de sua singularidade como experiência religiosa, quando apresenta o uso de uma substância na época considerada estritamente como alucinógeno, somada a uma sociedade conservadora e militarizada, mesmo que sem intencionalidade aparente, provocou os sistemas de controle responsáveis pela manutenção das estruturas dessa realidade objetivada coletiva. “A sociedade é a atividade humana objetivada que atingiu o status de realidade objetivada” (BERGER, 1985, p. 28), e que na manutenção das estruturas dessa realidade tenta controlar e até exterminar experiências singulares ao *status quo*.

No decorrer desses anos iniciais em que acontecem as primeiras aparições públicas da UDV e de seus associados, bem como da instituição ser observada e relatada pelos serviços de inteligência e de fiscalização, “a legalidade do uso da ayahuasca foi colocada em questão durante os anos de 1985 a 1987, quando a bebida foi colocada sob a lista das substâncias proscritas da Divisão de Medicamentos dos Ministério da Saúde – DIMED” (LABATE, 2004, p. 84). A *Informação n. 00029/140/B7J/110686* (SNI, 1986a) apresenta esse dado, contudo, conforme se verifica, a proibição durou alguns meses, sendo novamente autorizado o uso religioso até a finalização das pesquisas.

No Brasil, a primeira política importante relativa à ayahuasca foi gerada em 1985 pela DIMED, que classificou a B. caapi como uma substância proibida (Portaria, 1985). Um Grupo de Trabalho (GT) foi em seguida proposto pelo Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), predecessor do CONAD, para aprofundar o tema (Resolução, 1985). No ano seguinte, como recomendação do GT, a B. caapi foi temporariamente desclassificada (Resolução, 1986). Após encontros extensivos com as comunidades ayahuasqueiras brasileiras, o GT recomendou a suspensão definitiva da proibição da B. caapi e a autorização de seu “uso ritual e religioso” (Relatório Final, 1987). Essas recomendações foram aprovadas em uma reunião oficial do CONFEN (MacRae, 2008; Silva Sá, 2010). Significativamente, o GT nunca cogitou a exclusão do DMT, que permanece proibido no Brasil (LABATE; FEENEY, 2011).

Diante disso, seguindo com Berger (1985), o terceiro passo apontado na formação da sociedade é a interiorização, quando o que foi exteriorizado e objetificado é apropriado por outros sujeitos da sociedade, passando a constituir parte das estruturas da consciência subjetiva do corpo social. Essa perspectiva materialista do autor apresenta categorias interessantes para compreender como uma experiência singular é recepcionada no espaço social. Abordagem conceitual que permite visualizar a formação de novas realidades sociais e de resistência das realidades já postas. Ao mesmo tempo, compreender como as novas realidades passam a ser internalizadas nas estruturas, tornando-se parte do debate social. A formação de debates, resoluções, portarias e grupos de trabalho nos órgãos estatais é uma demonstração dessa interiorização do reconhecimento do uso religioso do chá ayahuasca. Ao se constituir uma realidade objetiva e provocar a produção de subjetividades em torno do tema, passa a constituir parte das estruturas da sociedade.

No mais, os relatórios nº 01456/140/B8P/270886 (SNI, 1986c) e 00482/140/B1C/090986 (SNI, 1986b), também localizados no acervo do Arquivo Nacional, apresentam dados complementares daquele primeiro relatório, ressaltando principalmente o processo de expansão da UDV para São Paulo, por meio do Núcleo Samaúma. “A 18:00h do dia 10 SET 72, em sede [...], nesta Capital, realizou-se a primeira reunião do NÚCLEO SAMA-UMA da UDV (Z7:B), quando organizou-se a primeira diretoria (provisória) da entidade” (SNI, 1986c).

Nos dois relatórios não constam maiores informações ou análises constitutivas de observação política, moral ou religiosa. São pragmáticos e informativos, no sentido de indicarem o nome dos representantes da instituição na capital paulista e das estruturas organizacionais a partir de seu estatuto. O que se destaca é a intenção estatal em registrar de forma minuciosa o processo de expansão para as regiões urbanas, bem como para as capitais. Ressalta-se que o Núcleo Samaúma tem relação de importância com o processo de expansão da instituição para as regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Essa relação entre a religiosidade e o Estado acontece de forma pendular, pois ao provocar iniciativas institucionais regulatórias, intensifica a atenção dos sistemas de controle e de fiscalização. Pendular no sentido de que as exigências são realizadas para a instituição no desenvolvimento de

pesquisas, normatização e burocratização da religiosidade. Existem dois momentos relevantes nesse processo pendular, o Projeto Hoasca⁶ e a *Carta de Princípios das Entidades Religiosas Usuárias de Ayahuasca*.

Para fins desta pesquisa, que atravessa o campo das ciências humanas, a análise da Carta de Princípios busca perceber, a partir da sua proposição, como a UDV, em conjunto com outras instituições, pensaram a construção de objetivação dessa nova realidade religiosa na sociedade. Além da UDV, também assinaram a carta o Centro Espírita e Culto de Oração Casa de Jesus Fontes de Luz, Centro de Iluminação Cristã Luz Universal, Centro Espírita Luz, Amor e Caridade, Centro de Iluminação Cristã Luz Universal e Centro Espírita Daniel Pereira Matos. A partir da chegada dessas práticas religiosas aos centros urbanos, associado aos tensionamentos vividos por essas instituições, a Carta de Princípios surge como um primeiro documento estabelecendo aspectos morais, éticos e religiosos no uso do chá e buscou apresentar uma transparência da prática para a sociedade, bem como uma delimitação na sua categorização.

A carta inicia enunciando uma relação ética a ser exercida entre as instituições no uso do chá, e os tópicos desta versam desde o seu preparo, o uso ritualístico, a vedação ao comércio, a atenção à difusão de informações até a informação sobre a sua legalização. Nos primeiros trechos, enuncia que para fins da carta o chá ayahuasca é a “decocção dos vegetais *Banisteriopsis Caapi* (Mariri ou Jagube) e *Psychotria Viridis* (Chacrona ou Rainha) – doravante aqui denominado de AYAHUASCA (Hoasca, Daime, vegetal etc.)” (CARTA, 1991, p. 1). Essa delimitação química das plantas que constituem a formulação do chá é uma medida fundamental aos limites relacionados ao processo de sua legalização. Como a regulamentação atravessa a união das duas plantas na produção do chá, a possibilidade de outras substâncias serem acrescentadas ao seu preparo poderia interferir para a legalização e a manutenção desse direito. Essa perspectiva no campo legal é percebida no item posterior, quando as instituições estabelecem que os praticantes dos rituais precisam necessariamente cumprir no âmbito religioso o tempo da experiência do chá. Essa iniciativa objetivou resguardar tanto a segurança dos praticantes quanto a prevenção de incidentes públicos que pudessem prejudicar a imagem das instituições. Importa ressaltar a intensidade da experiência, que apresenta categoria

⁶ Conforme trabalho publicado pelo pesquisador Otávio Castello de Campos Pereira denominado *Considerações médico-científicas a respeito do chá Hoasca e sua inofensividade à saúde* descreve que “em Manaus – na Amazônia brasileira – pesquisadores de dez instituições de três países, liderados pelos cientistas americanos Mckenna e Grob, conduziram um estudo-piloto multifacetado que avaliou aspectos farmacológicos, clínicos e de saúde mental em quinze membros experientes da UDV, comparando-os a um grupo-controle de indivíduos sem experiência prévia com a bebida (Grob 1996; Mckenna 1998; Mckenna 2002). [...] As significativas transformações pessoais e manutenção dos altos níveis funcionais observados foram atribuídos tanto ao efeito de ingresso e pertencimento a uma comunidade religiosa quanto ao possível efeito farmacológico (inibidor da MAO) do chá. Embora tenha sido um estudo preliminar, os resultados do Projeto Hoasca apontaram a existência de algum nível de segurança no uso da bebida naquele contexto ritual, e representaram um marco no conhecimento científico da substância” (PEREIRA, 2012, p. 2).

diferenciada dos alucinógenos, que exige uma atenção e zelo pelo espaço aplicado, segurança das lideranças que distribuem o chá e de espaço organizado no sentido de um real acolhimento. A UDV faz parte de uma rede maior consistente nas instituições que fazem uso do chá, sendo do seu interesse que o trabalho de preservação dessa experiência seja compartilhado entre todas as instituições, respeitadas as suas diferenças.

A questão ambiental também recebe destaque na carta, ressaltando o direito das instituições ao cultivo das plantas que constituem o chá. Essa preocupação surge, como consta no documento, em razão da “depredação do habitat natural” (CARTA, 1991). Com a expansão aos centros urbanos, a preocupação com a necessidade do cultivo é fundamental, tanto no sentido da preservação das florestas nativas como da garantia de funcionalidade das instituições. Quanto mais distante das florestas, mais complexa se torna a colheita das plantas, sendo o plantio e o cultivo soluções sustentáveis das práticas. Por outro lado, evoca também outras questões, como o impacto do cultivo de plantas silvestres em diferentes ambientes.

Ainda, a carta busca recomendar o cuidado na difusão de informações nas mídias, orientando que no debate público as instituições estejam identificadas, de modo a externalizar as diferentes formas de crenças e de usos, promovendo uma perspectiva afastada do olhar homogêneo. No mesmo sentido, incentiva a autorresponsabilização pública pelo cuidado no uso da bebida.

Além dos pontos citados, o que recebe especial destaque é o item respectivo aos cuidados e às restrições. “Nesse documento, um dos princípios mais destacados é justamente o compromisso de não se comercializar o uso da ayahuasca” (Labate; Goulart, 2017, p. 309). Para além do debate ético e moral que o presente tema suscita, as restrições quanto à comercialização emergem em um sentido mais pragmático e legal. Fato é que se as instituições praticassem ou incentivassem a comercialização, poderiam sujeitar a descaracterização do aspecto religioso e o processo de legalização. Essa preocupação se mostrou relevante, conforme verificado posteriormente na Resolução nº 1, de 25 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), em que essa vedação, presente na Carta de Princípios, recebe item próprio em normativa federal, nos seguintes termos:

23. A correta identificação do que é uso religioso, segundo os conceitos e práticas ditadas, a partir das próprias entidades que fazem uso da Ayahuasca, permitirá assegurar a proteção da liberdade de crença prevista na Constituição Federal. Considerando a ocorrência de registros de uso não religioso da Ayahuasca, sua identificação possibilitará prevenir práticas que não se amoldam à proteção constitucional. 26. Quem vende Ayahuasca não pratica ato de fé, mas de comércio, o que contradiz e avilta a legitimidade do uso tradicional consagrado pelas entidades religiosas. (CONAD, 2010).

O item 23 apresenta uma questão complexa ao indicar o significado de “correta definição”, pois considerando a diversidade de práticas e de crenças, estabelecer uma delimitação estrita poderia

suscitar a exclusão de crenças que não se enquadrem nos modelos propostos. Por outro lado, a segurança jurídica é o aspecto mais relevante na intencionalidade da resolução. Conforme visto nas reportagens e nos documentos apresentados anteriormente, a perseguição policial e as iniciativas de restrição do uso da ayahuasca fizeram parte da trajetória da UDV e de demais instituições religiosas desde as suas institucionalizações. A segurança jurídica aos praticantes se tornou um aspecto fundamental para o bom andamento das religiões hoasqueiras.

A resolução do conselho trouxe um avanço fundamental no processo de legalização do uso religioso da ayahuasca, porém carece de lei federal própria regulando o tema. A base legal da resolução consiste no direito constitucional à liberdade de culto, porém ainda inexistem leis específicas. Atualmente está em trâmite na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 179/2020, que tem por objetivo disciplinar o uso religioso do chá Ayahuasca e reconhecer as entidades que fazem seu uso ritualístico como entidades religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da UDV no seu processo de expansão para os centros urbanos é abarcada por elementos que demonstram uma diversidade de tensionamentos na reconfiguração do campo religioso. Uma rede ainda em construção a partir do levantamento de fontes que acontece pela própria instituição, por meio do DMC, bem como por pesquisadores do campo.

Ao sair das florestas, provoca novas formas de estar em sociedade, por meio de uma prática em sua singularidade, colocando novos diálogos em mídias e em órgãos de regulamentação estatal. Uma experiência que apresenta o processo migratório como experiência fundamental em seu crescimento. Migrações que carregam as suas subjetividades, experiências, encontros, intencionalidades e surpresas. Experiência que expressa a migração como um dos elementos fundamentais no processo de pluralização das religiosidades para diferentes regiões, da Floresta Amazônica ao Sul do Brasil. Que amalgama a partir da religiosidade popular uma cosmovisão ampliada, emoldurando aspectos reencarnacionista com judaísmo, cristianismo, crenças indígenas e afros. Uma amálgama que orbita em torno do chá, sendo este entendido como principal veículo de aprofundamento e exame desses saberes. Esses elementos, em suas singularidades, tanto no sentido de crença quanto no próprio sentido do uso da bebida, encontram no seu crescimento grande resistência por parte dos órgãos de regulação estatal, bem como a curiosidade algumas vezes estereotipante das mídias.

Por mais que ainda mantivesse o seu caráter de discrição, a instituição demonstrou perceber a importância da publicização de sua prática. A disponibilidade da UDV em abrir as suas portas facilitou o processo de regulamentação do uso do chá, mesmo com as eventuais limitações no

alargamento do diálogo com outras instituições hoasqueiras. Estratégias fundamentais no processo de conformidade e de legitimação dentro do campo religioso.

A Carta de Princípios demonstrou que mesmo com as diferenças existentes, as instituições conseguiram uma união de esforços em busca da garantia do direito de culto. A regulamentação legal do uso religioso da ayahausca já é uma realidade, contudo a segurança jurídica está na ampliação dessas garantias, que poderão ser mais bem aprofundadas a partir de uma legislação federal específica. Das florestas aos grandes centros, a trajetória da UDV apresenta um panorama de forte institucionalização e burocratização, o que sujeita um afastamento da simplicidade cabocla de seus primeiros anos, mas é fundamental para a garantia legal do uso religioso do chá.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. Psicoativos e saberes religiosos: reflexões sobre um campo de estudos. **PLURA**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 69-89, 2014. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/768>. Acesso em: 2 maio 2024.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BERNARDINO-COSTA, Joaze (org). **Hoasca: ciência, sociedade e meio ambiente**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; SILVA, Flávio Mesquita da. Construindo o mundo da Hoasca: a organização da União do Vegetal. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze (org.). **Hoasca: ciência, sociedade e meio ambiente**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRITO, A. M. F.. A droga da subversão: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 86, p. 39–65, jan. 2021.

CARTA de Princípios das Entidades Religiosas Usuárias da Ayahuasca. [Dispõe sobre os procedimentos éticos comuns em torno do uso do chá resultante da decocção dos vegetais Banisteriopsis Caapi (Mariri ou Jagube) e Psychotria Viridis (Chacrona ou Rainha) – doravante aqui denominado AYAHUASCA (Hoasca, Daime, Vegetal, etc)]. Rio Branco, 24 nov. 1991. Disponível em: https://udv.org.br/thoroazo/2019/06/Ayahuasca-Entid.-Usua%CC%81rias-Carta-de-Princi%CC%81pios-1991_Unia%CC%83o-do-Vegetal.pdf. Acesso em: 2 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (CONAD). Resolução nº 1, de 25 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a observância, pelos órgãos da Administração Pública, das decisões do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD sobre normas e procedimentos compatíveis com o uso religioso da Ayahuasca e dos princípios deontológicos que o informam. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, n. 17, p. 57-60, 26 jan. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/subcapas-senad/conad/atos-do-conad-1/2010/11___resolucao_n__01_2010___conad.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

ESCOBAR, José Arturo Costa. **Ayahuasca e Saúde**: Efeitos de uma Bebida Sacramental Psicoativa na Saúde Mental de Religiosos Ayahuasqueiros. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

FERREIRA, J. AIOASCA: o LSD da Amazônia. Fotos de Rubens Américo. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ed. 0028, p. 40-43, 1971. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=181741>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GUEDES, Nicoli Glória de Tassis. **Modos de ser revista**: jornalismo e cotidiano em O Cruzeiro, Realidade e Piauí. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC, 2014.

LABATE, Beatriz Caiuby. **A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos**. Campinas: FAPESP, 2004.

LABATE, Beatriz Caiuby; FEENEY, Kevin. O processo de regulamentação da ayahuasca no Brasil e na esfera internacional: desafios e implicações. **Revista Periferia**, v. III, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2011.

LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lúcia. **Da Amazônia ao Norte Global e de volta**: as várias Ayahuascas da II Conferência Mundial da Ayahuasca. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), [s. l.], 2017. Disponível em: <https://neip.info/texto/da-amazonia-ao-norte-global-e-de-volta-as-varias-ayahuascas-da-ii-conferencia-mundial-da-ayahuasca/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

PEREIRA, Otávio Castello de Campos. Considerações médico-científicas a respeito do chá Hoasca e sua inofensividade à saúde. **Neip**, [s. l.], abr. 2012. Disponível em: <https://neip.info/novo/wp->

content/uploads/2015/04/campos_pereira_udv_consideracoes_inofensividade_hoasca_saude_2012.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

NEVES, André Coitinho das. **O processo de patrimonialização da ayahuasca no Brasil: conquistas, disputas & tensões**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RICCIARDI, Gabriela. S. **O uso da Ayahuasca e a experiência de transformação, alívio e cura: a experiência de transformação, alívio e cura, na União do Vegetal (UDV)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). **Informação n. 00029/140/B7J/110686**. Agência B7J, 13 de junho de 1986a. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.88016370. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). **Informação n. 00482/140/B1C/090986**. Agência B1C, 3 de outubro de 1986b. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.86018413. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). **Informação n. 01456/140/B8P/270886**. Agência B8P, 1 de setembro de 1986c. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.86018413. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). **Informe nº 003/83/DSI/M2**. Agência Central 13 de janeiro de 1983. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.83003400. Acervo do Arquivo Nacional.

VALSECHI, Maicon de Farias. **União do Vegetal em movimento: expansão, dessecularização e institucionalização de uma religiosidade hoasqueira até Santa Catarina no Tempo Presente**. Orientador: Caroline Jaques Cubas. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

WALSH NETTO, Patrick. **O exemplo na vida de quem prega: uma análise do CEBUDV a partir dos seus sócios**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.